

**CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS**

# Manter a mobilização para reverter os ataques e o ajuste



Fernanda de Freitas



Leon Cunha



Após 9 horas de muitos embates e discussões, a sessão do Conselho Universitário que discutia a revisão orçamentária da Unicamp e os ajustes foi suspensa ontem após os manifestantes ocuparem a antessala do prédio do Consu contra os ajustes que eram votados.

Entre os principais ataques aprovados estão a subordinação das negociações salariais ao Conselho Universitário (ainda que as discussões avancem no Cruesp). A exemplo do que já foi votado na USP e na Unesp, mostrando o alinhamento dos reitores ao projeto do governo do Estado para a universidade pública, o objetivo desta medida é esvaziar os debates no Conselho de Reitores, dividindo as negociações para enfraquecer a resistência e retirando do centro da pauta o compromisso de preservação da isonomia salarial entre as três universidades como parte fundamental do projeto de educação superior no Estado.

Os representantes da categoria passaram o dia denunciando a falta de discussão da proposta de

ajuste com a comunidade universitária. E se posicionaram contra as medidas aprovadas, que significam retrocessos.

Suspensão de concursos, condicionamento da criação de novos cargos gratificados e outras despesas de caráter permanente ao Consu, que tem ampla maioria de conselheiros docentes. O cancelamento do pagamento dos prêmios institucionais - como o Zeferrino Vaz - também foi aprovado. Ficaram pendentes de votação o reajuste dos valores dos restaurantes universitários e o corte linear de 30% nos valores de todas as gratificações não incorporadas. A nova reunião do Consu ainda não foi anunciada.

## **Política de cortes da reitoria é incoerente e antidemocrática**

A projeção de déficit apresentada pela Aeplan para o ano que vem e aprovada pela maioria dos conselheiros é de R\$ 290 milhões. Se toda a “economia” projetada pela reitoria às custas dos direitos

dos trabalhadores se efetivar, menos de 10% do que é apontado como déficit orçamentário será sanado. O que evidencia a inconsistência da política.

Para a diretoria do STU, é fundamental manter mobilização e exigir dos reitores que cobrem o que é devido pelo governo do Estado às universidades paulistas. Não dá para aceitar que a saída seja retirar direitos num momento em que trabalhadores amargam arrocho e a ruptura do reajuste anual pela primeira vez neste século.

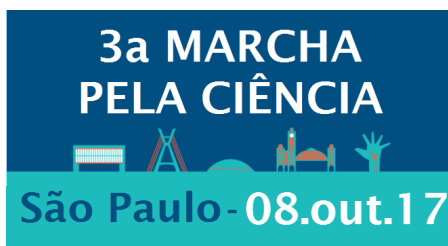
Exigimos o cumprimento retroativo do acordo que aumenta em 0,05% o orçamento da Unicamp para viabilizar a construção do campus de Limeira. Cobramos também a revisão da retirada de rubricas do montante de cálculo do repasse do ICMS, que tungou entre 2014 e 2016 R\$ 1 bilhão da Unicamp, USP e Unesp. Além disso, o governo do Estado tem que arcar com sua parcela de responsabilidade no custeio das aposentadoria e pensões, conforme a Lei 1010/2007.

# Alesp debate marco privatista para a ciência e tecnologia imposto pelo governo tucano em SP

Nesta quarta-feira (27/9) o novo novo marco legal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo foi tema de debate na Assembleia Legislativa. A discussão se deu numa reunião conjunta da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de São Paulo e a Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos de Pesquisa e Fundações Públicas de São Paulo.

O novo marco regulatório (Decreto 62.817/2017, que regulamenta em nível estadual a Lei federal 10.973/2004) representa mais um duro ataque ao caráter público das universidades e centros de pesquisa no Estado.

O decreto do governo Alckmin autoriza empresas a usar pessoal, laboratórios, equipamentos e demais instalações dos institutos de pesquisa e universidades estaduais para realização de pesquisas tecnológicas. Uma verdadeira privatização do conhecimento.



## Marcha em defesa da ciência

E no domingo (8/10) acontece na Avenida Paulista a 3ª Marcha pela Ciência, a partir das 15h, com concentração no Masp. O evento é convocado por dezenas de entidades que se insurgem contra o desmonte da ciência e tecnologia no país após o golpe institucional de 2016.

A Marcha denunciará o desmonte das universidades públicas no país e os cortes orçamentários, especialmente os previstos no projeto de Lei Orçamentária para 2018; a reversão dos cortes já realizados e reconstituição dos níveis de investimentos; e a revitalização dos Institutos de Pesquisa do Estado.

## Fasubra realiza jornada em defesa da educação

Nestes dias 28 e 29 A Fasubra realiza a jornada nacional de luta em defesa da educação pública. Serão realizadas assembleias e atividades dentro e fora dos campi das instituições municipais, estaduais e federais de ensino para dialogar com a população. O calendário foi aprovado na última plenária nacional da Federação, ocorrida no Recife. O objetivo é esclarecer a sociedade sobre os efeitos da Emenda Constitucional 95/2016 (que congela por 20 anos os investimentos em saúde e educação e demais áreas sociais). Também serão questionados os programas de demissão incentivada abertos por diversas universidades (caso da USP, por exemplo), o aumento da contribuição previdenciária de servidores e outras medidas propostas pelo governo golpista. Assim como o aperto sobre os estados que vêm destruindo as universidades estaduais, como a Uerj.



## JURÍDICO

### Ação contra a CPFL/Governo de SP

Ainda é possível ingressar com ação judicial para buscar reverter a cobrança de ICMS sobre os valores de três tarifas que compõem as contas de energia elétrica enviadas pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL).

Para dar início ao seu processo é necessário levar ao departamento jurídico do sindicato cópia das três últimas contas, RG, CPF e o último holerite.

Todos os interessados têm que pagar R\$ 50,00 de custos do ingresso processual. Aos associados, no final do processo, em caso de vitória, será cobrado apenas 10% do valor conquistado, a título de honorários advocatícios. Os não sócios terão de pagar honorários de 20% do valor ganho na ação.

O escritório que assessora o sindicato está in-

gressando com as ações em caráter individual e particular. Não é um processo movido pelo sindicato - que juridicamente não pode representar coletivamente a categoria neste caso porque não é um direito trabalhista que está em jogo, e nem é uma ação contra a Unicamp. No entanto, o fato dos advogados serem de confiança e cobrem valores mais justos é o diferencial possível pela relação do escritório com o STU.

O que está sendo pedido é o ressarcimento de cobrança indevida que é possível verificar nas contas sobre as tarifas identificadas como TUSD, TUST e TE. Questionando a legalidade desta cobrança, os advogados estão ingressando contra o Estado de São Paulo, beneficiário do ICMS, na Vara de Fazenda Pública.